

# CARTA DE COMPROMISSO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA EM CONTEXTOS RECREATIVOS

## Apresentação pública dia 03 de Maio de 2013

Participar em actividades recreativas é uma actividade de lazer importante para muitas pessoas mas também é uma actividade que interessa à indústria recreativa, às autarquias e às comunidades locais pelos benefícios económicos que acarreta. Sair ao fim-de-semana converteu-se, para muitos adolescentes e jovens adultos, numa actividade quase exclusiva de diversão massificada, dentro de um contexto totalmente consumidor com uma grande variedade de oferta que se adapta facilmente às suas necessidades. Aliam-se a estes aspectos a permissividade familiar e social e a disponibilidade económica para estes fins. Noites de fim-de-semana, festas académicas, festivais de verão, viagens de finalistas e concertos tornaram-se contextos sociais importantes onde, sobretudo os jovens, adquirem capital social. No entanto, a evidência científica demonstra que os contextos recreativos são também fonte de problemas de saúde e segurança porque:

São contextos muito influenciados por interesses económicos e, por isso, alvo de fortes acções de marketing sobre os seus clientes;

O consumo experimental de estimulantes é muito mais elevado entre os frequentadores de discotecas e festivais do que o da população jovem em geral;

O uso de álcool e drogas ilícitas é visto como “obrigatório”, devido às expectativas, intensidade e longevidade da vida nocturna e a variedade de riscos associados são amplamente aceites pela população em geral;

Viabilizam comportamentos de risco (abuso de álcool e outras substâncias psicoac-

tivas, violência, sexualidade de risco, acidentes de viação) e acentuam vulnerabilidades em quem os frequenta, assim como danos não só individuais como colectivos e ambientais, resultantes da própria actividade recreativa (ruído, lixo, vandalismo);

Estes comportamentos de risco e antissociais acarretam elevados custos sociais e económicos e muitas vezes a perda de vidas.

Na origem desta carta estão assumidos alguns pressupostos básicos:

a intervenção em contextos recreativos é da responsabilidade de todos, enquanto dever de uma sociedade envolvida na procura de soluções;

a intervenção em contextos recreativos tem de ter base na evidência científica; as comunidades podem e devem envolver-se na resolução dos seus próprios problemas, tornando-se críticas e activas, sobretudo a partir do reforço das políticas de saúde e segurança e das actividades de voluntariado.

Mais saúde e segurança interessa a quem frequenta contextos recreativos, a quem os dinamiza, aos serviços de saúde, às estruturas comunitárias, aos municípios, às instituições de ensino, às forças de segurança, às estruturas económicas. Na realidade, pela sua complexidade, a resolução e redução dos problemas relacionados com os contextos recreativos baseia-se no fortalecimento individual e colectivo, ou seja, na promoção de processos em que as pessoas trabalham em conjunto para efectuar mudanças nas suas comunidades e exercer mais poder e influência sobre as questões que lhes interessam.

Por isso há necessidade que as comunidades e os seus representantes invistam na criação de condições de garantia de contextos recreativos mais saudáveis e seguros através de:

Tomar consciência da realidade dos contex-

tos recreativos em toda a sua complexidade. Os estudos de prevalência de consumo de substâncias psicoactivas e danos em contextos recreativos são um bom indicador dos problemas, pelo que há necessidade de um maior conhecimento destas realidades dos quais ainda temos pouca informação. Esses estudos devem abranger a geografia dos eventos recreativos, o perfil dos frequentadores de eventos recreativos (quer em termos de idade, como de substâncias consumidas e hospitalizações) ou sobre a higiene e segurança dos eventos recreativos. É urgente promover melhor conhecimento dos contextos recreativos na sua complexidade e singularidade e tornar essa informação pública, responsabilizando a indústria recreativa, tal como se fez com a indústria tabaqueira, por exemplo.

Priorizar as actividades preventivas multidimensionais e de proximidade. Os contextos recreativos, pela sua complexidade e potencial de dano aos que os frequentam, requerem o desenvolvimento de intervenções que coloquem no centro as pessoas (motivações, expectativas, necessidades e interesses). Tendo em conta as novas “lógicas sociais”, as intervenções preventivas devem ser focadas no desenvolvimento de competências pessoais e sociais, assegurando que as opções saudáveis serão mais fáceis de assumir; e sustentadas em actividades eficientes, consistentes e persistentes, respondendo à singularidade de cada contexto. Por outro lado, é necessário gerar debate entre os profissionais de diferentes sectores e áreas de trabalho, no sentido de promover o desenho de itinerários de prevenção personalizados em função dos diferentes perfis dos eventos recreativos e não focados apenas nos riscos/danos mas facilitando formas de diversão salutogénicas e estilos de vida mais saudáveis. Considerando que os espaços de recreação são em si mesmo espaços de risco aumentado, a organização dos eventos deveria



prever sistemas e equipamentos de primeiros socorros e gestão de catástrofe. O melhor conhecimento dos contextos recreativos deve gerar melhor acção no controlo de determinantes dos problemas mais frequentes desses contextos através de medidas educativas, de restrição do acesso às substâncias psicoactivas, de protecção e de redução de danos.

Fomentar a pesquisa participativa. A pesquisa participativa em saúde é uma abordagem de investigação colaborativa que é delineada para garantir e estabelecer estruturas para a participação das comunidades afectadas pela questão em estudo e, através da inclusão de representantes de organizações e pesquisadores em todos os aspectos do processo de pesquisa, visa melhorias na saúde e bem-estar pela acção, incluindo a mobilização comunitária e a mudança social. Por gerar um saber prático, permite a compreensão do fenómeno na sua complexidade, através do desenho/avaliação de intervenções adaptadas à singularidade de cada contexto, assim como pode inspirar as políticas públicas. Importa assim capacitar os actores sociais, quer das entidades públicas como das privadas, para utilizarem a pesquisa participativa em saúde na resolução de problemas relacionados com os contextos recreativos.

Fortalecer a família como factor de prevenção primordial. Face às pressões do quotidiano em que as famílias actuais vivem é urgente criar condições para o fortalecimento das organizações familiares no sentido de prevenir os comportamentos de risco que afectam os adolescentes - grupo mais vulnerável em contextos recreativos. Urge conscientizar as famílias de que há circunstâncias, muitas vezes externas à família, que promovem ou facilitam que o consumo de substâncias psicoactivas ocorra, tornando os jovens mais susceptíveis. Profissionais ou representantes de organizações de pais podem ser agentes educativos dos pais, apoiando-os a estarem conscientes desta realidade e a tornarem-se os principais agentes de prevenção de comportamentos de risco nos filhos.

Promover a formação profissional dos dinamizadores de contextos recreativos. Com o aumento da mobilidade no espaço

Europeu através de programas como "Erasmus", "Socrates" ou outros, assim como do turismo a nível internacional, nas cidades ou áreas específicas, as autoridades têm que gerir não apenas os hábitos recreativos da população local, mas também os dos estrangeiros. A gestão eficaz dos eventos recreativos é essencial para proteger a saúde das pessoas e também para reduzir os encargos que diferentes situações problemáticas podem trazer para os serviços públicos, nomeadamente em saúde e justiça. Recomenda-se ainda que os portadores de licença para recintos destinados a festas ou festivais, desenvolvam uma política de prevenção do consumo de drogas, caso ainda não o tenham feito. A sensibilização e formação dos proprietários e profissionais de eventos recreativos (operadores turísticos, relações públicas, barmans, seguranças e outros) visa aumentar o seu conhecimento para identificar e gerir diferentes situações de risco. A formação profissional nesta temática devia tornar-se um requisito de desempenho, sobretudo se visar a melhoria do desempenho na resolução de conflitos e na comunicação, aumentar a assertividade e apoiar a compreensão sobre a moldura jurídica ligada às actividades recreativas.

Reforçar a aplicação das leis. Existe consenso nos estudos sobre estratégias ambientais de que as políticas de saúde que incluem legislação e regulamentação podem ser efectivas na prevenção/redução de riscos em contextos recreativos, sobretudo relacionados com o consumo de substâncias psicoactivas. Estas medidas como aumentar os impostos, aumentar a idade legal mínima para consumo, estabelecer leis mais restritivas de venda a menores, reduzir o limite legal de álcool no sangue dos indivíduos que conduzem veículos motorizados têm produzido alguns resultados positivos, quer do ponto de vista social como de saúde. Mas urge dar a conhecer estas leis e os seus fundamentos, realizar vistorias, assim como exigir a sua aplicação com as respectivas sanções.

Fomentar a engenharia em saúde. A introdução de tecnologias da informação e comunicação no âmbito dos sistemas de saúde, nas suas diferentes dimensões e níveis de acção, produz potenciais benefícios para os cidadãos e para os

prestadores dos serviços, constituindo-se como um elemento essencial para a promoção de modos de relacionamento mais seguros, acessíveis e eficientes com os cuidados de saúde, assim como eficiência económica. Várias iniciativas têm sido desenvolvidas com sucesso como o envio de sms de alerta, aplicações para Smartphones, etc. A inovação tecnológica pode ser usada como instrumento de promoção da literacia em saúde, sobretudo na prevenção e redução de danos centrada na auto-responsabilização dos participantes em eventos recreativos.

Apostar no desenvolvimento da cidadania activa e a inovação social. Envolver os cidadãos nos processos de reflexão crítica e de conscientização facilitará a participação das comunidades na concepção e decisão de políticas públicas a nível local, regional e nacional, na optimização das estratégias de prevenção e nas actividades de sensibilização e mobilização comunitária. Esta cooperação deve proporcionar aos cidadãos acções de formação e de informação/sensibilização, serviços de apoio social de proximidade (nos contextos recreativos) e vigilância/monitorização de legislação e políticas públicas. Investir na participação dos cidadãos, sobretudo do voluntariado jovem, tem demonstrado ser uma estratégia de duplo fortalecimento pois, enquanto estes se envolvem nas actividades preventivas, adquirem competências de adesão a estilos de vida mais saudáveis e seguros.

Financiar acções preventivas integradas e sustentáveis. Se esse envolvimento for participativo, aumenta a exploração de novas formas de actuar e gerar novos conhecimentos. No entanto, são necessárias acções, previstas em planos orçamentais públicos, que financiem a prevenção, promovam o diálogo e a cooperação entre ONG e organismos públicos, que reforcem a capacidade e a eficácia das ONG e facilitem a criação de redes de acção baseadas na pesquisa participativa para gerar inovação social.

Ao subscrever esta carta, ratifica no essencial, um documento que espelha as preocupações de todos os agentes envolvidos nos diferentes níveis de intervenção; e que pretende ser orientador, com base técnica e científica, de um conjunto de estratégias e medidas para promover as condições que garantam contextos recreativos mais saudáveis e seguros.

